

Relações espaciais e raciais no passado e no presente: Algumas reflexões

Camila C. Silva

Camila C. SILVA é Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFPB; docente do IFSertãoPE; camila.coelho@ifsertao-pe.edu.br

Resumo

A história escrita oficial invisibilizou (e ainda invisibiliza) os negros, as mulheres e os pobres, seus modos de vida, suas formas de moradia, suas lutas, sua resistência. Focando nas relações raciais, o ocultamento das contribuições negras à memória e à história oficial retrata a relação de dominação e da supremacia do branco. O espaço urbano na contemporaneidade reflete o que história escolheu registrar e ocultar. É reflexo, e, ao mesmo tempo, condicionante das relações sociais e raciais. Tal ocultamento conduz a necessidade de repensar a cidade, a história, e de se libertar dessas prisões cognitivas, invisibilizadoras das resistências e estimuladoras da opressão. Na busca por compreender o presente pelo passado bem como compreender o passado pelo presente, este artigo tem como objetivo instigar algumas reflexões sobre a racialização dos espaços considerando o passado registrado/não registrado na história e alguns dos fenômenos que a grafam na contemporaneidade, a partir dos debates estruturados por estudiosos das relações raciais em meio a apreensão da produção do espaço.

Palavras-chave: negro, história, racialização do espaço, segregação racial, invisibilidade.

Abstract

The official written history has made invisible (and still makes invisible) black people, women and the poor, their ways of life, their forms of housing, their struggles, their resistance. Focusing on racial relations, the concealment of black contributions to memory and official history portrays the relationship of domination and white supremacy. The urban space in contemporary times reflects what history has chosen to record and hide. It is a reflection and, at the same time, a conditioner of social and racial relations. Such concealment leads to the need to rethink the city, the history, and to free oneself from these cognitive prisons, invisibilizing resistances and stimulating oppression. In the quest to understand the present through the past as well as to understand the past through the present, this article aims to instigate some reflections about the racialization of spaces considering the registered/unregistered past in history and some of the phenomena that graph it in contemporary times, based on debates structured by scholars of racial relations in the midst of the apprehension of the production of space.

Keywords: black, history, racialization of space, racial segregation, invisibility.

Resumen

La historia escrita oficial ha hecho invisible (y aún invisibiliza) a los negros, a las mujeres y a los pobres, sus modos de vida, sus formas de vivienda, sus luchas, su resistencia. Centrándose en las relaciones raciales, el ocultamiento de los aportes negros a la memoria y la historia oficial retrata la relación de dominación y supremacía blanca. El espacio urbano contemporáneo refleja lo

que la historia eligió registrar y ocultar. Es un reflejo y, al mismo tiempo, un condicionante de las relaciones sociales y raciales. Tal ocultamiento conduce a la necesidad de repensar la ciudad, la historia y liberarse de estas prisiones cognitivas, que invisibilizan la resistencia y estimulan la opresión. En la búsqueda de comprender el presente a través del pasado, así como comprender el pasado a través del presente, este artículo tiene como objetivo instigar algunas reflexiones sobre la racialización de los espacios considerando el pasado registrado/no registrado en la historia y algunos de los fenómenos que lo caracterizan en la contemporaneidad, a partir de debates estructurados por los estudiosos de las relaciones raciales en medio de la aprehensión de la producción del espacio.

Palabras-clave: negro, historia, racialización del espacio, segregación racial, invisibilidad.

Introdução

“Quem escreve a história das pessoas subjugadas?” – pergunta o historiador sul-asiático Ranajit Guha (1999, p. 150). No contexto brasileiro, eu levanto a questão: “Quem escreve a história de negr@s, mulheres e pobres?” (PERRY, 2012, p.169)

A cidade é um documento e deve ser entendida como tal. Como método para sua compreensão, Le Goff rememora Marc Bloch ao propor ao historiador um duplo movimento: compreender o presente pelo passado bem como compreender o passado pelo presente, com o argumento de que não compreender o presente é consequência do desconhecimento do passado, do mesmo modo que é ineficaz apenas compreender o passado sem nada saber do presente (Le Goff, 1992, p. 223-224).

Entretanto, neste movimento que se retroalimenta, observa-se que a história escrita oficial invisibilizou (e ainda invisibiliza) os trabalhadores, seus modos de vida, suas formas de moradia, suas lutas, sua resistência, com destaque para os negros, as mulheres e os pobres, como destaca Perry (2012). O entendimento predominante é de que “o Afro e o Negro tendem a significar as margens, as classes e lugares perigosos habitados pelo primitivo urbano, espaços de alteridades étnico-raciais e sexuais, cenários lúdicos de rumbas e magias, rejeitadas e temidas sem deixar de ser desejadas” (Lao-Montes, 2019, p. 01, tradução nossa).

A história tem se mostrado e se conformado como “um mecanismo estatal de dominação das cidades brasileiras” (Perry, 2012, p.169), mas não apenas delas, como destaca Fanon (1968) ao analisar a história a partir da condição de colono *versus* colonizado, apontando ser uma questão mundial:

O colono faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização (Fanon, 1968, p.38).

O ocultamento das contribuições negras a memória e a história oficial retrata esta relação de dominação e da supremacia do branco, identificada não apenas no Brasil, mas em diversos países, como demonstra Lao Montes (2019) ao estudar as questões raciais em outras realidades, como Cuba. Tal ocultamento é “uma forma de violência epistêmica” (Lao-Montes, 2019, p. 02, tradução nossa), que conduz a necessidade de repensar a cidade, a história, e de se libertar dessas prisões cognitivas, invisibilizadoras das resistências e estimuladoras da opressão.

O espaço urbano na contemporaneidade reflete o que história escolheu registrar. É reflexo, e, ao mesmo tempo, condicionante das relações sociais e raciais. Os espaços urbanos, criados por intervenções que no geral promovem a segregação racial forçada, a gentrificação, a eliminação de cortiços e favelas, dentre outras ações opressoras, “são a síntese complexa dessas desigualdades e produto das políticas conservadoras da república que promoveram a imigração europeia e a repressão das potencialidades das populações negras” (Cunha Junior, 2023, p.274). O autor aponta que a constituição dos bairros no Brasil atua a partir das origens culturais, econômicas, populacionais e geográficas, sendo claramente espaços de segregação das populações. Os espaços urbanos são, assim, nas palavras de Perry, “as manifestações espacialmente marcadas da marginalização de raça, gênero e classe” (Perry, 2012, p.171).

No caso da segregação racial residencial, por exemplo, estudos apontam que o fenômeno é fruto de fatores relacionados às diferenças socioeconômicas, o racismo no mercado imobiliário e a etnicidade – preferência de viver próximo a pessoas de cor ou raça similar (Telles, 2003; Rios-Neto; Riani, 2007). Observar tais manifestações se faz mister para compreensão da racialização do espaço contemporâneo, o que leva a releitura da história oficial e a compreensão da história ocultada, conseqüentemente.



Na busca por compreender o presente pelo passado bem como compreender o passado pelo presente, este artigo tem como objetivo instigar algumas reflexões sobre a racialização dos espaços considerando o passado registrado/não registrado na história e alguns dos fenômenos que a grafam na contemporaneidade, tendo como metodologia a revisão bibliográfica de debates estruturados por estudiosos das relações raciais em meio a apreensão da produção do espaço.

História oficial versus história real: reflexões sobre relações raciais no espaço

A falta de conhecimento referente a real história e (r) existência dos grupos subalternizados (não-brancos, pobres, mulheres) pode ser vista como resquício da corrente de pensamento positivista, cuja produção histórica se concentrava na figura dos grandes líderes nacionais e proprietários de terras, enquanto os demais grupos eram esquecidos ou ficavam à margem dos fatos históricos. Assegurando este pensamento, Bonduki coloca:

É muito mais comum encontrar-se um relato de um detalhe da construção de um imponente edifício público ou privado, neoclássico ou eclético, do que uma rápida descrição de habitações populares. (...) Já a elite retratava a vida urbana a partir de sua perspectiva. (...) Se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas, pois as únicas informações sobre as mesmas nos chegaram através dos técnicos preocupados com a saúde pública (Bonduki, 2004, p. 20).

Os historiadores que seguiam esta corrente fundamentavam suas análises a partir de documentos oficiais escritos, na construção de uma verdade absoluta e incontestável. Regina Gonçalves (2016) ressalta que, nesse modelo de produção da história, os trabalhadores só foram tratados como “força-de-trabalho, ou seja, como elemento da produção da vida material. (...) Categorias quase sempre descarnadas, destituídas de sangue e de vida, como se tais pessoas, de uma forma geral, só tivessem relevância por esse papel social” (Gonçalves, 2016, p.64). Seus modos de vida, suas relações com a produção do espaço urbano, enfim, sua (r)existência na cidade, foram relegadas da história escrita. Como afirma Cunha Júnior (2023, p.276), sobretudo relativo aos historiadores brasileiros, carece “um distanciamento da ‘forma’ e da ‘força ideológica’ do eurocentrismo ocidental e do branco-centrismo produzido no Brasil”.



Em contraponto, em função do ativismo político, a história tem sido utilizada também como ferramenta política pelos grupos subalternizados, no sentido de enfrentar e conter as opressões raciais, sociais e de gênero, bem como para reivindicar o acesso à terra e demais recursos de direito. Nos últimos tempos, como coloca Sandercock (1998), “gerações de estudiosos não tanto reescrevem a história, mas a revisitam e a reapresentam, investindo-a de significado contemporâneo” (Sandercock, 1998, p.01, tradução nossa), partindo do entendimento de que as histórias sobre o passado envolvem poder – têm poder e conferem poder. Este poder aqui retratado se fundamenta na luta contra omissões ou supressões particulares, sobretudo relativa às questões raciais e suas relações com o espaço.

Nesse âmbito, Sandercock traz a discussão sobre os apagamentos e exclusões implícitos na história do planejamento, área importante para compreensão de como é conduzida a racialização do espaço na contemporaneidade. Mais uma vez, a relação passado-presente se coloca. A história oficial trata o planejamento como “a voz da razão na sociedade moderna, portadora da missão iluminista de progresso material por meio da racionalidade científica” (Sandercock, 1998, p.02, tradução nossa). Esta é a história pelo e através do Estado, tradicionalmente responsável pela estruturação de cidades, embora não seja a única história do planejamento.

Sandercock (1998) aponta para a existência das histórias do planejamento insurgente, planejamento este fora do Estado e por vezes em posição oposta a ele, contra as ações no geral de cunho universalista e promotoras de sistemas de dominação e opressão características do planejamento “oficial”. Sobre o planejamento insurgente, a pesquisadora coloca: “Ao desvendá-los ou recuperá-los, estamos desafiando a veracidade da história oficial e explorando suas dinâmicas político-econômicas, sociais, psicológicas e culturais subjacentes e as relações de poder nelas implícitas” (Sandercock, 1998, p.02, tradução nossa).

No presente, este conhecimento conduz cada vez mais planejadores a trabalharem para comunidades indígenas, negras, gays e lésbicas, entre outras, a partir de relações dialógicas, divergindo do que a prática do planejamento pelo e através do Estado levou e ainda leva, no sentido de reforçar a segregação e discriminação raciais, sociais e de gênero.

De um lado, o planejamento e o Estado, do outro, os grupos subalternizados; entre eles, as relações de dominação, opressão e poder. Investigando mais a fundo a história real dos grupos subalternizados, quando se trata da população negra, os estereótipos raciais trazem a representação congelada dos negros como escravos em contraponto aos brancos como homens livres. No processo de modernização das cidades brasileiras, por exemplo, o negro, sempre vinculado à escravidão, configurava-se, segundo Sodré (1988), como “um empecilho ideológico à higiene e à modernização. Discursos de diferentes procedências sociais colocavam-no lado a lado com miasmas e insalubridade” (Sodré, 1988, p. 41).

George Reid Andrews (1991) e Kim Butler (1998) (*apud* Perry, 2012, p.177) apontam o colonialismo “como o cerne das ideologias racistas e da estratificação social nas cidades brasileiras, incluindo segregação racial e hierarquias econômicas e racializadas”. Vislumbra-se a relação entre racismo e espaço: o racismo constrói a cidade e a cidade constrói o racismo.

Igualmente à história, o território é um espaço que se estabelece e se organiza a partir e através de relações de poder. De acordo com Ribeiro (2020), pode-se afirmar que no Ocidente, a propriedade da terra sempre esteve no pleito da burguesia quanto à defesa e preservação da propriedade privada e à supremacia econômica, constatando que a terra é historicamente essencial nas relações não apenas econômicas, mas também sociais.

Partindo do princípio que a terra é um ativo econômico no qual se fundamenta qualquer atividade produtiva e observando o contexto brasileiro, Ribeiro (2020) aponta a existência de restrições ao acesso pela população negra à propriedade imobiliária, restrições estas que se determinam historicamente e que tem sua estrutura renovada. Segundo a autora, entre os séculos XVI e XIX, a escravização de africanos traficados, crioulos e mestiços tinha como fim a exploração das atividades econômicas existentes, no âmbito do colonialismo e do mercantilismo. Objetificados como ativos econômicos, os escravos não tinham direitos e muito menos poderiam acessar a terra, ao tempo que atribuíam poder econômico e status social aos seus proprietários.

A partir de fatores históricos internos e externos, como a suspensão do tráfico negreiro, o trabalho escravo entra em crise e, com a possibilidade latente desta crise se estender às atividades rurais, foram necessá-

rias medidas de transição para o trabalho livre/assalariado, embora assegurando vantagens aos senhores de escravos. Uma dessas medidas foi a mercantilização da terra a partir de 1850, com a promulgação da Lei nº 601/1850, conhecida como a Lei de Terras. Com ela, a característica de renda capitalizada, de mercadoria – até então atribuída ao escravo traficado, como lembra Ribeiro (2020) – foi transferida para a terra, e mesmo as terras livres, que poderiam ser simplesmente ocupadas no regime anterior, só seriam adquiridas legitimamente a partir da compra, logo, só por quem teria recursos.

Trata-se de uma lei criada com intenções excludentes, assegurando um monopólio de classe sobre a terra em todo o território nacional e podendo ser considerada como um dos elementos basilares para o estabelecimento da segregação étnico-racial nas cidades brasileiras. Desde meados do século XIX até os dias atuais, o direito à propriedade ainda é uma utopia para os grupos subalternizados, ao tempo que a riqueza instituída a partir dela se perpetua de geração em geração.

Nesse contexto, antes das reformas urbanas, os negros eram obrigados a ocupar espaços marginais das cidades, a exemplo da periferia insalubre e dos morros do Rio de Janeiro, na formação de cortiços e favelas. Campos (2005) faz uma correlação da favela com os quilombos, no sentido de destacar a enraizada ligação à questão de risco atrelada à população que ocupavam e ocupam tais lugares, em que o discurso cultuado pelas classes dominantes vinha e vem dando sustentação às práticas socioespaciais, com base em ideais discriminatórios e segregatórios:

A favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Um e outro, guardado as devidas proporções históricas, vem integrando as 'classes perigosas': os quilombos por terem representado, no passado, ameaça ao Império; e os favelados por se constituírem em elemento socialmente indesejável após a instalação da República (Campos, 2005, p. 63-64).

Após as reformas urbanas, vislumbra-se a mesma condição de distanciamento e segregação: os negros são forçados a ocuparem espaços por vezes inóspitos, subúrbios, cada vez mais distantes de área munidas de boa infraestrutura, como as áreas centrais urbanas. Com as mudanças de regime de poder, surgem novas formas de racialização do espaço, embora, no geral, sejam frequentemente negativas, invisibilizadoras e opressoras para os não-brancos.



Renato Santos coloca que, partindo da vivência de tais grupos subalternizados, “a formação do nosso território é a experiência do branqueamento” (Santos, 2019, p. 17), que apresenta três dimensões:

(i) branqueamento da ocupação, com a substituição dos estoques populacionais via extermínio (sobretudo dos indígenas), da expulsão (de grupos indígenas e negros quilombolas) ou de uma incorporação subalternizante na sociedade de hegemonia branca que comporta uma biopolítica de violências, condições sociais desiguais e sempre depauperadas na comparação com os brancos ou mesmo do genocídio (caso da juventude negra de favelas e periferias); (ii) branqueamento da imagem, com a construção de narrativas sobre o território que invisibilizam a presença (no presente ou no passado) de grupos não-brancos, o que interfere nas subjetividades e nas relações de pertencimento de indivíduos e grupos, e assim nas identidades territoriais, dado que informa posições de poder construindo hierarquias; (iii) branqueamento cultural, com a imposição de matrizes de relação sociedade e natureza eurocêntricas, o que envolve dimensões como práticas, matrizes de saberes, estéticas, e padrões de espiritualidade e religiosidade, entre outros aspectos (Santos, 2019, p. 17).

As dimensões do branqueamento do território refletem o peso do colonialismo na formação territorial. Refletem ainda que a discriminação racial é historicamente consolidada em diversos aspectos do espaço urbano e de sua apropriação, e que indiretamente (e diretamente) tem mobilizado os grupos subalternizados, aqui com destaque para os negros, em busca do cumprimento do direito a participação igualitária na produção do espaço e nas demais dimensões da vida, em busca de um sentido negro de lugar. Nas palavras de McKittrick:

(...) um sentido negro de lugar pode ser entendido como o processo de situar material e imaginativamente as lutas históricas e contemporâneas contra as práticas de dominação e os difíceis emaranhados do encontro racial. O racismo e a resistência ao racismo não são, portanto, as únicas características definidoras de um sentido negro de lugar, mas indicam como as violências relacionais da modernidade produzem uma condição de ser negro nas Américas (McKittrick, 2011, p. 949, tradução nossa).

O sentido negro de lugar trata-se de um conjunto de concepções flutuantes, cambiantes e diferenciais, que observam e registram legados de violência racial normalizada, e que se faz importante para que os grupos subalternizados disputem o poder e as significações atribuídas aos lugares; como Renato Santos aponta:

Ao se apropriarem e questionarem as ferramentas cartográficas da representação espacial, grupos su-

balternizados disputam o poder da construção de narrativas, disputam regimes de produção do conhecimento legítimo como sendo a verdade válida. (...) É a disputa de lugares como ferramenta de luta social (Santos, 2019, p. 15).

O poder disputado, assim, tem o espaço urbano como palco, instrumento e bem de disputa, reforçando a importância da discussão sobre as relações sociais e espaciais não apenas no passado, mas sobretudo na contemporaneidade.

Debates do presente: espacialidades de raça – segregação racial

O espaço é, ao mesmo tempo, reflexo e condicionante das relações sociais e raciais, independente do recorte temporal. No caso do Brasil, Cunha Júnior discorre que o país resulta “da condução política, econômica e cultural de elites autoritárias, de formação eurocêntrica e brancocêntrica, formadas no escravismo criminoso e no capitalismo racista, que promoveram as condições de grandes desequilíbrios e desigualdades sociais” (Cunha Júnior, 2023, p.274), e tal condução se desenha no espaço. Um bom exemplo para visualização deste “desenho” é a leitura de Gonzalez e Hasenbalg (1982) sobre a “nova ordem” na sociedade brasileira após o golpe militar de 1964:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 15).

Como Santos (2019) aponta, o espaço ilustra tomadas de decisão e estratégias de ação dos movimentos. Nesse contexto, aspectos do racismo como a invisibilização e afastamento dos negros acabam por legitimar e viabilizar, entre outros fatores, “os discursos que preconizam a necessidade de “revitalização” e “requalificação” da área” (Santos, 2019, p. 18). As intervenções urbanas por vezes refletem o racismo arraigado na sociedade, alimentando estereótipos e grafando clivagens e hierarquias sociais, em um contexto onde o espaço edifica o racismo ao tempo que o racismo edifica o espaço.

Nos últimos anos, a segregação racial urbana, consi-

derada “o estopim das desigualdades raciais” (Telles, 2003, p.163), é identificada e estudada por pesquisadores como Telles (2003), Rios Neto e Riani (2007) e Garcia (2009), vislumbrando-a não como só reflexo, mas fator de peso nas relações raciais. Diversos autores vinculam a existência da segregação racial residencial no Brasil aos fatores socioeconômicos, ou seja, a generalizam como sendo segregação por classe social. O fundamento é generalista; como a população negra (considerando os pretos e pardos) representa maioria na classe social mais baixa e os brancos, contrariamente, estão em maior número nas classes mais altas, a concentração habitacional dos negros estaria vinculada às diferenças sociais.

Ao analisar sete capitais brasileiras – Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo – Rios Neto e Riani (2007) ressaltam que

a configuração racial no espaço intraurbano possui total aderência com os indicadores de pobreza, tal aderência é também observada no caso do uso de outros indicadores socioeconômicos. (...) percebe-se que a distribuição espacial da população branca e negra parece estar associada com a distribuição espacial por nível de renda, ou seja, a maior proporção de negros concentra-se nas áreas de ponderação de maior incidência de pobres (Rios-Neto; Riani, 2007, p. 92).

Entretanto, Telles (2003) demonstra que os aspectos raciais e étnicos estão diretamente envolvidos na segregação brasileira. Explica que a divisão por classe social não explica a segregação espacial por si só, ao vislumbrar, por exemplo, as diferenças raciais entre duas comunidades carentes. Considera também a existência da autosegregação, que se justifica pelo desejo de minimizar seus contatos com outros grupos étnicos ou ainda por vínculos culturais e por proximidade a indivíduos e instituições com mesmo pensamento. O pesquisador observa que a segregação racial por cor ocorre entre pessoas de rendas similares em cinco áreas metropolitanas brasileiras e coloca, a partir de seu estudo, que “a auto-segregação, o racismo, ou ambos contribuem para a segregação racial, além da classe” (Telles, 2003, p. 177).

De forma mais direta, sugere-se que a segregação racial residencial tem como responsável a ação conjunta das diferenças socioeconômicas, o racismo no mercado imobiliário e a etnicidade (a preferência de viver próximo a pessoas de cor ou raça similares) (Telles, 2003; Rios-Neto; Riani, 2007).

As consequências que a segregação racial traz para o desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e sua efetiva participação na sociedade são muitas. Telles (2003) aponta que a segregação reafirma as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e consumo, mercado este cuja localização predominante é em bairros brancos e de classe média, bem como no acesso a infraestrutura urbana de qualidade. O pesquisador coloca:

Quanto maior a distância física entre os negros e as pessoas da classe média, em comparação com brancos de mesmo status sócio-econômico, menor o acesso a recursos tais como profissionais modelares, melhores redes de trabalho, uma infra-estrutura urbana melhor, o que, por sua vez, geraria capital social e melhor qualidade de vida. Os não-brancos e especialmente os pretos são mais propensos a ter piores chances de vida simplesmente por ficarem mais distantes da classe média e viverem em maiores concentrações de pobreza (Telles, 2003, p. 180).

Neste sentido, a localização residencial desfavorável acirra e intensifica a redução de oportunidades decorrentes da pobreza e do racismo. Esta separação espacial de grupos raciais e classes sociais exacerba a distância social entre raças e classes, ao tempo que bairros homogêneos reforçam essa distância social na medida que os momentos de interação com as diferenças são reduzidos e os preconceitos são intensificados.

Rios Neto e Riani (2007) expõem que a segregação racial representa um potencial de reprodução das desigualdades socioraciais por duas razões, em específico:

Em primeiro lugar, pelo fato de o espaço favorecer a reprodução da desigualdade por intermédio de limitações de capital social decorrentes do padrão espacial de desigualdade –, o que condicionaria que negros em ascensão social, ao permanecerem em bairros onde se concentram negros e pobres, teriam menor acesso a tais capitais sociais, o que se configuraria num limitador de sua própria mobilidade ascendente, sobretudo se consideramos o movimento intergeracional. Em segundo lugar, pelas limitações de acesso aos serviços urbanos, decorrentes da correlação entre este acesso e pobreza da área intraurbana (Rios-Neto; Riani, 2007, p. 101).

Em suma, a espacialização da raça é histórica, real e exacerbadora das desigualdades socioraciais, e constituída para atender os interesses dos grupos dominantes. A segregação racial urbana deve ser entendida como um processo espacializado de produção e reprodução da desigualdade racial, que justifica e reforça a necessidade da disputa de lugares como ferra-

menta de luta social, da luta por um sentido negro de lugar. Cabe destacar que a ação do movimento negro tem provocado mudanças em diversas agências como o Estado, a educação, a mídia, entre outros, mas ainda há muito a alcançar e desconstruir.

Breves considerações

Partindo da compreensão do passado para vislumbrar mudanças no presente e no futuro, este trabalho é direcionado para a necessidade de transformação do registro e da realidade dos grupos subalternizados perante a problemática aqui retratada.

Em oposição ao que a história oficial brasileira registrou, o país tem sua formação historicamente marcada pela supremacia do branco, pelo racismo e pelas desigualdades socioraciais. Um conjunto de fatores de cunho histórico (como o fim do tráfico negreiro, a imigração dos europeus, a estrutura fundiária do Brasil, etc.) se conformou como barreira social para os grupos subalternizados, sobretudo no que diz respeito ao acesso à propriedade da terra. Junto ao racismo estrutural, tais fatores explicam a condição econômica e social contemporânea da população negra, e, por consequência, da forma e condição como ocupam as cidades. Além disso, a participação dos negros na produção das cidades brasileiras, bem como sua colaboração para a formação cultural, política e econômica do país foram ignoradas pela história oficial.

A observação das disputas de lugares, da busca por um sentido negro de lugar, da racialização do espaço contemporâneo, dentre outras manifestações, conduz à releitura da história oficial e a compreensão da história ocultada, conseqüentemente. Mais do que isso, conduz à necessidade de repensar a cidade e a história, bem como da libertação de tais prisões simbólicas, cognitivas, invisibilizadoras das resistências e estimuladoras da opressão e do branqueamento do território.

Na contemporaneidade, destaca-se como causa e efeito do racismo, das condições socioeconômicas e da etnicidade, a segregação racial urbana que, apesar de não ser 'auto-evidente' como coloca Garcia (2009), tem grande relevância sobretudo nas metrópoles brasileiras. Vislumbra-se, assim, o espaço urbano apropriado, disputado, produzido e que produz, ou, nas palavras de Renato Santos, "o espaço urbano como palco, objeto e instrumento de disputa(s)" (Santos, 2019, p. 25).



Referências

- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros e cidades negras: conceitos necessários para a inclusão das populações negras nas histórias da cidades brasileiras. *Revista Campo da História*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 273-286, 2023. DOI: 10.55906/rcdhv8n1-017. Disponível em: <https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/100>. Acesso em: 12 out. 2023.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GONÇALVES, Regina Célia. Como e onde viviam os trabalhadores da Cidade da Parahyba (séculos XVI-XIX)? In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan (Orgs.). *Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- LAO-MONTES, Agustin. *Metrópolis Negras de Benin a Río de Janeiro y de Harlem a La Habana: Modernidades Afroamericanas y Cosmopolitismos Subalternos. (Conferencia Magistral, Casa de las Americas, La Habana, Cuba, junio 2019)*.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 203-231.
- RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. *Racismo estrutural e aquisição da propriedade: uma ilustração na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- RIOS-NETO, Eduardo; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) *Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MCKITTRICK, Katherine. 'On Plantations, Prisons, and a Black Sense of Place', *Journal of Social and Cultural Geography*, 12:8 (2011): 947-963.
- PERRY, Keisha-Khan. Espaço urbano e memória coletiva: o conhecimento de mulheres negras em lutas políticas. In: Santos, Renato Emerson dos (Org.) *Questões urbanas e racismo*. Rio de Janeiro: DP et Alli & Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.
- SANDERCOCK, Leonie. Introduction: Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*. Los Angeles: University of California Press, 1998.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: Sánchez, Fernanda; Moreira, Paula Cardoso. (Org.). *Cartografias do conflito no Rio de Janeiro*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, p. 12-27.



SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

TELLES, Edward. Segregação residencial. In: *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

